



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA**

MARCIELE NASCIMENTO DE LIMA

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PPPQ DA ESCOLA QUILOMBOLA
FERNANDO NUNES RODRIGUES**

**CASTANHAL – PARÁ
2022**

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PPPQ DA ESCOLA QUILOMBOLA

FERNANDO NUNES RODRIGUES

Marciele Nascimento de Lima¹
Assunção José Pureza Amaral²

RESUMO

O artigo tem como tema “O processo de construção do PPPQ da Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues”. O problema de pesquisa é: Como o PPPQ da Escola foi construído levando em conta o diálogo da comunidade remanescente de modo a atender o que determinam as Leis? Objetivo geral: Refletir o que vem a ser PPPQ na concepção dos autores e atores da escola. A abordagem metodológica direcionou uma pesquisa de campo de forma bibliográfica, descritiva e documental, com análise de conteúdo e tratamento de dados de forma qualitativa. Autores abordados: Alves (1992); Amaral (2008); Arroyo (2013); Ferreira (1975); Marçal (2001); Marques (1990); Sacristán (2017); Vasconcelos (1999); Veiga (1992/2013a/b); e Vergara (2007). Os resultados da investigação apontam que foi possível aprofundar o assunto com autores e lei que garante o ensino quilombola, bem como possibilitou-me entender que o PPPQ foi construído ainda que com pouca participação dos professores da escola. Contudo, levou em conta o diálogo da comunidade remanescente coletivamente na tentativa de requerer meios cabíveis à efetivação de sua intencionalidade, capaz de afetar vidas, saberes, fazeres, cultura e conhecimentos; e as leis vigentes para que as práticas pedagógicas legitimem a história, a cultura local, o modo de vida da comunidade quilombola a qual a escola faz parte. E ainda, permitiu-me uma aprendizagem significativa e entendimento de que as leis por si só, mesmo contemplado em um PPPQ não garantem que a História e Cultura Afro-brasileira seja trabalhada efetivamente nas aulas, mas é um desafio e responsabilidade dos profissionais fazer.

Palavras-chave: Construção; PPPQ; Escola Quilombola.

¹LIMA, Marciele Nascimento de. “O Processo de construção do PPPQ da Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues”. Licenciatura em Pedagogia pela UFPA. 2022. E-mail: marcielenascimento98@gmail

²AMARAL, Assunção J. P. “O Processo de construção do PPPQ da Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues” (orientador). Doutor em Ciência: Desenvolvimento Socioambiental - NAEAUFPA-Universidade Federal do Pará; Mestre em Planejamento do Desenvolvimento - NAEA-UFPA; Especialista em Educação e Problemas Regionais ICED/UFPA; Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais; Professor Associado da UFPA; colaborador eventual do Programa de Pós-graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia – PPGEAA-UFPA; Coordenador do atual Programa de Extensão e Pesquisa Universidade no Quilombo; do GESCED; do NEAB/UFPA-Castanhal; Vice Coordenador da Casa Brasil África, da Pró-Reitoria de Relações Internacionais - PROINTER, da Universidade Federal do Pará. E-mail: amaral12j@hotmail.com

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PPPQ DA ESCOLA QUILOMBOLA

FERNANDO NUNES RODRIGUES

Marciele Nascimento de Lima³

Assunção José Pureza Amaral⁴

ABSTRACT

The article has as its theme “The construction process of the PPPQ of the Fernando Nunes Rodrigues Quilombola School”. The research problem is: How was the School's PPPQ built taking into account the dialogue of the remaining community in order to meet what the Laws determine? General objective: Reflect what PPPQ is in the conception of the authors and actors of the school. The methodological approach guided a field research in a bibliographical, descriptive and documental way, with content analysis and data treatment in a qualitative way. Approached authors: Alves (1992); Amaral (2008); Arroyo (2013); Ferreira (1975); Marçal (2001); Marks (1990); Sacristan (2017); Vasconcelos (1999); Veiga (1992/2013a/b); and Vergara (2007). The results of the investigation indicate that it was possible to deepen the subject with authors and the law that guarantees the quilombola teaching, as well as it allowed me to understand that the PPPQ was built even with little participation of the school teachers. However, it took into account the dialogue of the remaining community collectively in an attempt to require appropriate means to carry out its intentionality, capable of affecting lives, knowledge, actions, culture and knowledge; and the laws in force so that the pedagogical practices legitimize the history, the local culture, the way of life of the quilombola community of which the school is a part. And yet, it allowed me a significant learning and understanding that laws alone, even contemplated in a PPPQ do not guarantee that Afro-Brazilian History and Culture is effectively worked in classes, but it is a challenge and responsibility of professionals to do so.

Keywords: Construction; PPPQ; Quilombola School.

³LIMA, Marciele Nascimento de. “**O Processo de construção do PPPQ da Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues**”. Licenciatura em Pedagogia pela UFPA. 2022. E-mail: marcielenascimento98@gmail

⁴AMARAL, Assunção J. P. “**O Processo de construção do PPPQ da Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues**” (orientador). Doutor em Ciência: Desenvolvimento Socioambiental - NAEAUFPA-Universidade Federal do Pará; Mestre em Planejamento do Desenvolvimento - NAEA-UFPA; Especialista em Educação e Problemas Regionais ICED/UFPA; Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais; Professor Associado da UFPA; colaborador eventual do Programa de Pós-graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia – PPGEAA-UFPA; Coordenador do atual Programa de Extensão e Pesquisa Universidade no Quilombo; do GESCED; do NEAB/UFPA-Castanhal; Vice Coordenador da Casa Brasil África, da Pró-Reitoria de Relações Internacionais - PROINTER, da Universidade Federal do Pará.. E-mail: amaral12j@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O processo de construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP), por parte dos educadores brasileiros foi garantido legalmente através de uma constante luta travada, que perdurou por anos, até haver uma abertura democrática no campo educacional. Eles lutaram pelo direito de participar de sua elaboração nas escolas em que atuavam, pois entendiam que o processo deveria ser democrático e participativo, diferentemente do que vinha acontecendo.

Nesse sentido, busca-se nesta pesquisa aprofundar o assunto com o **tema** “O Processo de construção do PPPQ da Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues”, por entender que muitos professores, pesquisadores e instituições educacionais no Brasil, em todas as esferas, seja nacional, estadual ou municipal como em nossa Escola, estão na busca de uma melhor qualidade no ensino, e consideram que a elaboração de um bom Projeto Político-Pedagógico é de fundamental importância para nortear as diretrizes educacionais dela.

A iniciativa de desenvolver esta pesquisa na comunidade e escola citada, se deu por conta de enquanto acadêmica ser quilombola, e fazer parte da luta da comunidade em prol de uma educação que fortaleça de fato e de direito, as raízes do quilombo.

Diante disso, aponta-se como **problema de pesquisa**, a questão no que diz respeito a pensar os desafios postos para a viabilidade da implementação da política de Educação Escolar Quilombola (EEQ) na Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues, uma vez que, grande parte das escolas em territórios quilombolas são estabelecimentos regulares, podendo, assim, atender não apenas estudantes quilombolas, como também não quilombolas, e nem sempre são pensadas e elaboradas considerando o perfil da comunidade, estas são invisibilizadas ‘na’ e ‘pela’ escola, pois não são potencializados, reconhecidos e valorizados nos processos pedagógicos e escolares, em políticas educacionais específicas para quilombos que represente as demandas específicas que dão subsídios para as comunidades para que, as identidades culturais sejam valorizadas.

Diante dos desafios cotidianos enfrentados, depara-se com algumas questões sobre a participação dos profissionais na construção do PPPQ – Projeto Político-Pedagógico da Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues, pois boa parte dos profissionais que são quilombolas, e tem mais tempo na escola, participam com mais assiduidade, enquanto os que não são quilombolas não participam frequentemente.

Baseado nisso, **questiona-se**: Como o Projeto Político-Pedagógico da Escola foi construído levando em conta o diálogo da comunidade remanescente de modo a atender o que

determinam as Leis? As práticas pedagógicas levam em conta e legitimidade da história e cultura local, o modo de vida, e as reivindicações políticas para as comunidades quilombolas?

A **motivação** para a **escolha do tema** se deve as nossas vivências e afinidades, e ainda partiu de minha experiência como quilombola, por me levar a perceber a importância e a contribuição do povo quilombola, seus conhecimentos, sua cultura e valores para a formação da nossa sociedade, e em especial na nossa comunidade. Também como aluna da graduação em Pedagogia, pois permitiu-me ser sujeito e interlocutora neste espaço de formação, despertando-me preocupações com o lugar e educação do aluno quilombola, conseqüentemente, com suas formas de estudo e produção para construir sua identidade cultural e, sobretudo, por perceber que muito ainda se precisa superar para reconhecer, respeitar e valorizar os nossos saberes, identidades e especificidades presentes nas comunidades quilombolas.

Nessa perspectiva, **justifica-se** a pesquisa, pois se acredita que é importante conhecer e refletir sobre a viabilidade da implementação das políticas direcionadas para a Educação Escolar Quilombola (EEQ). Assim, como entender as diretrizes para a construção de um currículo onde as práticas pedagógicas valorizem a cultura local, o modo de vida de uma comunidade quilombola, bem como suas raízes.

Para dar conta desse feito, se propôs como **objetivo geral**: Refletir na concepção dos autores e atores da Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues, o que é PPPQ?

E como **objetivos específicos**: Descrever como o currículo escolar é contemplado no PPPQ para ser aplicado na prática de sala de aula para os alunos quilombolas; Relatar se as práticas pedagógicas legitimam o conhecimento ancestral, a formação da identidade, a cultura local e o modo de vida de uma comunidade quilombola; Compreender a partir dos estudos, se o que as leis orientam e garantem para um ensino quilombola está sendo validado na Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues.

A **metodologia** do trabalho se deu com uma pesquisa de campo, onde se direcionou um estudo de forma bibliográfica, de caráter descritivo e documental, com uma análise de conteúdo e tratamento de análise dos dados de forma qualitativa.

Diante disso, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, pois como qualquer área de pesquisa supõe e requer uma pesquisa bibliográfica prévia, seja para fundamentar teoricamente, ou mesmo para justificar os limites e resultados que contribuirão para a própria pesquisa. Nesse caso, conforme Cervo e Bervian (1996, p. 48):

A pesquisa bibliográfica é meio de formação por excelência. Como trabalho científico original, constitui a pesquisa propriamente dita na área das Ciências Humanas. Como resumo de assunto, constitui geralmente o primeiro passo de qualquer pesquisa científica.

Por essa perspectiva, entende-se que é por meio da pesquisa bibliográfica que o pesquisador faz contato direto com tudo o que foi publicado, dito ou mesmo filmado sobre determinado conteúdo, inclusive conferências seguidas de debates.

Outro tipo usado foi a pesquisa descritiva, que segundo Malhotra (2001, p. 108), “é um tipo de pesquisa que tem como principal objetivo a descrição de algo”, um evento, um fenômeno ou um fato. Também ainda se utilizou da pesquisa documental, em que se baseou no PPP da Escola, Bardin (1977), cita que “A documentação trabalha com documentos, a análise de conteúdo com mensagens (comunicação); a análise documental faz-se principalmente por classificação, indexação, a análise categorial temática, é entre outras, uma das técnicas da análise de conteúdo” (BARDIN, 1977, p.46).

Para Gil (2009), ainda que, em quase todos os estudos seja necessária a pesquisa bibliográfica, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes secundárias.

Se utilizou o questionário, o que segundo Cervo e Bervian (1996), é a técnica mais utilizada na coleta de dados. Tecnicamente falando, questionário significa um meio de obter respostas sobre determinado assunto de maneira que o respondente forneça as informações de seu domínio e conhecimento. Um questionário é constituído por uma série de perguntas ordenadas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador.

O questionário foi enviado para o gestor escolar que responde com as iniciais FFR, e a coordenadora pedagógica, denominada com as iniciais E. S.

Em relação a análise de conteúdo, ela foi utilizada para tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema (VERGARA, 2007).

As principais fontes de análise dessa técnica são materiais capturados de sites de trabalhos acadêmicos, plataformas de universidades e google acadêmico, bem como em documentos institucionais como leis, PPP e outros documentos na escola.

Vergara (2007) sugere que o relatório final, subsequente à análise, deve conter trechos do material analisado, no sentido de assegurar as interpretações do pesquisador. Ela afirma também que é importante esse relatório explicitar os critérios utilizados na análise dos dados, de modo a facilitar o entendimento do leitor.

Acredita-se, que a temática tem um **significado** bastante importante para resgatar o trabalho educacional com a cultura quilombola orientada pelos autores e leis, visto que ela

tem a responsabilidade de contribuir significativamente no desenvolvimento das ações na escola uma vez que as ações propostas devem inserir a diversidade cultural que lhes é própria.

Este trabalho **contribui** não só para a nossa formação, como para todos aqueles que atuam em espaços quilombolas, podendo socializar visões e ações de atores que norteiam como interagir nestes espaços, proporcionando reflexões e aportes teóricos que contribuem para pensar propostas e práticas em que a escola cumpra seu papel social. Assim como a pesquisa vai contribuir para com a escola e profissionais, no sentido de poder ajudar a subsidiar questões baseadas nas orientações legais de uma proposta de PPPQ, e ainda para a construção de um currículo baseado em documentos oficiais que certificam que a educação escolar quilombola tem suas especificidades pedagógicas e por isso, o currículo não pode se basear em uma educação convencional e excludente, que silencia as singularidades dos remanescentes quilombolas, mas se desenvolver para além das mudanças significativas nas práticas educativas.

E tem como **relevância**, à medida que permite o reconhecimento de sua identidade cultural possibilitando uma ressignificação da vida do povo quilombola.

Assim, a **organização do trabalho** está da seguinte maneira e sequência:

No primeiro item, apresenta-se a introdução do trabalho com todos os aspectos que demandam a pesquisa.

O segundo item, denomina-se o referencial teórico com os itens: 1. O conceito de projeto e a base legal do PPP; 2. A construção do Currículo na perspectiva quilombola; 3. A História da Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues; e, 4. Um olhar sob o PPP da Escola Quilombola de E. F. Fernando Nunes Rodrigues.

No terceiro item, descreve-se os resultados e discussões; onde trata-se das categorias da análise documental (PPPQ da Escola), e as categorias de análise dos questionários (gestor e técnica pedagógica).

Para encerrar, se organizou as considerações finais, onde se aponta cada aspecto o indagado, e ainda apresenta-se as ponderações acerca do que se concluiu sobre a pesquisa para cumprir o que se propôs.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O CONCEITO DE PROJETO E A BASE LEGAL DO PPP

Se procurarmos o conceito de projeto, etimologicamente falando, encontraremos que este vem do latim *projectu*, participio passado, cujo significado quer dizer aquilo que se lança adiante. Esboço, aquilo que se objetiva, propósito. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação (FERREIRA, 1975, p. 144).

Quando se trata de construir os projetos das escolas, é de suma importância observar seu planejamento, aquilo que intencionalmente se dispõe a fazer, qual a intenção, o que será realizado. Coloca-se as estratégias e busca-se aquilo que é possível ser feito. É observar futuramente de modo diferente do que está acontecendo. Gadotti explica como isso ocorre:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores (GADOTTI, 1994, p. 579).

Sendo assim, o PPP - Projeto Político-Pedagógico visa ir além de amontoados de planos de ensino e de variadas atividades. O projeto deve ser feito e colocado em prática, pois muitas das vezes é engavetado e a ideia que passa é que o mesmo só é elaborado por conta de questões burocráticas para que agrade às autoridades educacionais. Ele deve ser elaborado experimentado a todo instante, por todos comprometidos com o encadeamento educacional.

Para Veiga (2013a), o Projeto Político-Pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato.

O projeto, propõe buscar um norte para a realidade. Trata-se de maneira provocativa chegar a um consenso, juntamente com todos os envolvidos no mesmo. Nessa visão, pode-se dizer que todo projeto pedagógico escolar é também um ato político, haja visto que está ligado aos interesses de toda a comunidade, esta compromissada com os fins políticos e sociais e coletivos da população predominante.

Por conta disso, retoma-se Veiga (2013a) que nos explica o que é um PPP:

É um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados. Além disso, explicita uma filosofia

e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela. É a valorização da identidade da escola e um chamamento à responsabilidade dos agentes com as racionalidades interna e externa. Esta idéia implica a necessidade de uma relação contratual, isto é, o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos, daí a importância de que seja elaborado participativa e democraticamente (VEIGA, 2013^a. p.110).

Dessa forma, acredita-se que o PPP segundo a autora, dá um rumo para saber o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados.

Com isso, Veiga (2013a, p. 13) também defende que o Projeto Político-Pedagógico deve ser construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Na dimensão política do projeto pedagógico, Veiga (2013a, p.14) reflete que:

A principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva (...) o projeto político-pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula (...) (VEIGA, 2013a, p.14).

Assim, quando se fala que é político é porque está ligado ao bem comum e tem um comprometimento com a efetivação da cidadania para que esta se insira de maneira adequado ao meio social. “A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica” (SAVIANI, 1983, p. 93).

Pedagogicamente falando, a semelhança da efetivação da intencionalidade da instituição educacional, é a construção do cidadão interativo, consciente, envolvido, crítico e dinâmico. Pedagógico, no entendimento de estabelecer as ações educativas e as particularidades necessárias às escolas de desempenharem suas deliberações e finalidades.

Tradando-se de político pedagógico há um significado inseparável. Neste seguimento é que se deve construir o Projeto Político-Pedagógico como um processamento definitivo de pensamento e debate dos desafios que a escola passa, na tentativa de requerer meios cabíveis à efetivação de sua intencionalidade (MARQUES, 1990, p. 23).

Prosseguindo, Marques (1990), concede a experiência democrática fundamental para a interação de todos da comunidade escolar e a prática da cidadania. Embora se mostre configurar algo de grande complexidade, o Projeto Político-Pedagógico concerne em uma ligação bilateral entre a dimensão política e pedagógica escolar.

Segundo o artigo “A Importância da construção do Projeto Político-Pedagógico”, ao referir-se ao Projeto Político-Pedagógico quando é elaborado de forma democrática,

decisoriamente falando, inquieta-se em compor de maneira organizacional no que tange o trabalho pedagógico, conseqüentemente é tido como algo que busca superar os desafios e conflitos que existem na escola, libertar-se da rivalidade entre os envolvidos, eliminar o autoritarismo, romper com a rotina do controle impessoal fundamentado na burocracia que ocorre nas relações internas da escola. Quando isso acontece, há uma queda dos efeitos de quebra da hierarquização do trabalho e elimina-se as diferenças (<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-importancia-construcao-projeto-politico-pedagogico.htm>).

Assim, conforme o texto do artigo citado, o Projeto Político-Pedagógico está ligado com a organização do trabalho pedagógico em dois padrões: observando a escola de uma maneira geral e como está organizada a sala de aula, isso se insere no contexto social de forma imediata, buscando valorizar a visão do todo. Nesse caminho, é importante salientar que o PPP tem a intenção de ir em busca da organização da escola de maneira geral.

Nesse caso, o que se espera da construção do PPP é que haja autonomia da escola, que ela seja capaz de traçar metas e construir sua identidade. Isto quer dizer que, deve-se resgatá-la como um bem de todos, lugar de discussão, conversa, sempre focando no aspecto coletivo.

Assim, o PPP “é um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação” (VASCONCELOS, 1999, p.169).

Desta forma, o Projeto Político-Pedagógico é um planejamento que tem como objetivo, ações e (re)organização curricular, como também a avaliação e as relações que se estabelecem dentro e fora do âmbito escolar para o qual não se necessita ter um quantitativo mínimo ou máximo de estudantes, mas é necessário para expressar os princípios, concepções, intenções e proposições da escola em relação ao seu processo educativo-escolar.

Ao falar sobre o Projeto Político-Pedagógico, Veiga (2013a, p.14), afirma que ele permite com que a escola forme um cidadão ativo, comprometido e capaz de participar de uma vivência democrática escolar com todos os segmentos na busca por uma autonomia e melhoria da qualidade da escola que se busca formar. Nesse entendimento, a autora cita que:

Um projeto político-pedagógico corretamente construído não garante à escola que a mesma se transforme magicamente em uma instituição de melhor qualidade, mas certamente permitirá que seus integrantes tenham consciência de seu caminhar, interfiram em seus limites, aproveitem melhor as potencialidades e equacionem de maneira coerente as dificuldades identificadas. Assim será possível pensar em um processo de ensino-aprendizagem com melhor qualidade e aberto para uma sociedade em constante mudança; a escola terá aguçado seus sentidos para captar e interferir nessas mudanças (VEIGA, 2013a, p.14).

Conforme a Constituição de um PPP na perspectiva Quilombola, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, em seu capítulo VII, aborda que o PPP, enquanto documento, deve ser construído no sentido de garantir uma educação de qualidade. E, está explícito em seu artigo 32:

§ 1º - A construção do projeto político-pedagógico deverá pautar-se na realização de diagnóstico da realidade da comunidade quilombola e seu entorno, num processo dialógico que envolva as pessoas da comunidade, as lideranças e as diversas organizações existentes no território. § 2º - Na realização do diagnóstico e na análise dos dados colhidos sobre a realidade quilombola e seu entorno, o projeto político-pedagógico deverá considerar: I - os conhecimentos tradicionais, a oralidade, a ancestralidade, a estética, as formas de trabalho, as tecnologias e a história de cada comunidade quilombola; II - as formas por meio das quais as comunidades quilombolas vivenciam os seus processos educativos cotidianos em articulação com os conhecimentos escolares e demais conhecimentos produzidos pela sociedade mais ampla. § 3º - A questão da territorialidade, associada ao etnodesenvolvimento e à sustentabilidade socioambiental e cultural das comunidades quilombolas deverá orientar todo o processo educativo definido no projeto político-pedagógico. Art. 33 O projeto político-pedagógico da Educação Escolar Quilombola deve incluir o conhecimento dos processos e hábitos alimentares das comunidades quilombolas por meio de troca e aprendizagem com os próprios moradores e lideranças locais (BRASIL, 2012, pp.12-13).

Percebe-se na orientação para a construção de um PPP na perspectiva Quilombola, que as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, reiteram que se faça através de um processo dialógico com as pessoas da comunidade para que se possa montar um diagnóstico da realidade da comunidade quilombola e de todos os segmentos de seu entorno para que se fortaleça o processo educativo com as vivências do cotidiano, e assim se junte os conhecimentos do quilombo com os escolares.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, elas também enfatizam a relevância de construir um PPP que articule com a realidade histórica, cultural, regional, político-social, econômica e educacional das comunidades quilombolas, e que garanta o direito aos educandos quilombolas conhecer os saberes tradicionais, que promova a valorização, respeito e preservação da cultura quilombola, ressaltando a participação da comunidade nesse processo de construção (BRASIL, 2012).

Neste sentido, deve-se considerar o PPP “como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis a efetivação de sua intencionalidade, que (...) é constitutiva (...)” (VEIGA, 2013a, p.13).

Dessa maneira, é preciso compreender que o PPP está alicerçado na organização do trabalho pedagógico, e isso inclui a elaboração pelo docente diante de sua criatividade e

capacidade de construção, pois é um documento dinâmico e nunca estará acabado e concluído plenamente porque a cada anseio da comunidade local e escolar deve-se alterar o mesmo.

2.2. A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO NA PERSPECTIVA QUILOMBOLA

O entendimento da construção do currículo em uma perspectiva quilombola, infere na própria organização do trabalho pedagógico da escola, ou seja, no conteúdo que a escola escolhe para trabalhar com seus alunos. Para que se possa construir o mesmo, é necessário que se inicie focando nos princípios legais que norteiam o contexto quilombola, para que, a escola possa se respaldar com ideias e práticas reais, vivenciais e ainda em identidades e culturas próprias da comunidade quilombola.

É, nesse cenário de conquistas e avanços, no atendimento à uma educação diferenciada que se pauta a necessidade de se definir uma escola quilombola, pois se tem para referendar a educação de uma comunidade.

Assim, os currículos na perspectiva quilombola são respaldado pelos documentos: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 5º, § 2º e 3º que trata da incorporação de tratados internacionais ao ordenamento jurídico brasileiro, sobre questões como: racismo considerado crime inafiançável; princípios de Dignidade da Pessoa Humana; Combate ao preconceito e a discriminação e o compromisso em combater o racismo em todas as suas manifestações. Ainda na Constituição de 88, em seu artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que trata sobre os direitos territoriais das comunidades quilombolas, porém a sua normatização veio muito tempo depois através dos decretos presenciais (3.912/2001 e 4.887/2003), e normatizações (Instruções Normativas INCRA nº 49/2008 e 57/2009).

Também está contemplado no artigo ‘Concepções da educação escolar quilombola da construção do referencial curricular municipal: Algumas considerações’, de Sara Alves da Luz Lemos & Ana Cristina Santos Peixoto; que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996, trata em sua integralidade a garantia de direito a educação e dever da família e do Estado, nos princípios de liberdade nos ideais de solidariedade humana, dando assim, o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O Parecer CNE/CP Nº: 003/2004. O Parecer CNE/CP Nº: 4/2010. A Lei nº 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial. A Lei nº 10. 639/03 e a Lei nº 11.645/2008 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena na Educação Básica. A Resolução nº 8, de 20 de

novembro de 2012, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (2012), e outras (Revista Interdisciplinar De Direitos Humanos – ATÂTÔT. Anápolis, v. 2, n. 3, p. 7-23, jul./dez., 2021).

Dessa forma, acredita-se que as leis acima resguardam o trabalho na escola quilombola, pois são grandes os desafios para se desenvolver uma Educação Escolar Quilombola, já que, nem sempre é reconhecida na maioria das implementações de políticas públicas educacionais um currículo nesse sentido. Por isso, há a necessidade de valorizar e reforçar a identidade cultural em ambientes escolares, para se repensar processos educacionais que retrate o viver e o significado da comunidade quilombola, podendo-se construir um currículo que atenda a comunidade citada e, considere as características de seu povo e comunidade, valorizando, definindo e fortalecendo identidades e culturas, bem como questões étnico-raciais afrodescendentes na Educação Escolar Quilombola nas Escolas.

Nesse sentido, o currículo enquanto instrumento teórico fornece base de caráter pedagógico e considera as especificidades da comunidade na perspectiva quilombola podendo basear-se na Resolução nº 8, de 20/11/2012, sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, onde:

Uma proposta de educação quilombola necessita fazer parte da construção de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas. Isso significa que o próprio projeto político-pedagógico da instituição escolar ou das organizações educacionais deve considerar as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas, o que implica numa gestão democrática da escola que envolva a participação das comunidades escolares, sociais e quilombolas e suas lideranças (BRASIL, 2012, p. 26).

Percebe acima que o currículo é uma construção realizada com seus pares, no coletivo onde os conhecimentos escolares e outros devem ser construídos pelas comunidades quilombolas, como a história da comunidade, os obstáculos e dificuldades enfrentadas no processo, assim como o movimento de idas e vindas, de caminhos e descaminhos de uma experiência quilombola que, geralmente os currículos quilombolas não contemplam e ainda, as vezes são construídos nos gabinetes e não são significativos para a comunidade.

Segundo a Resolução nº 8, de 20/11/2012, sobre DCN para a Educação Escolar Quilombola, no Art. 34: O currículo da Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012), cita:

Aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir

conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades. § 1º Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem ser construídos a partir dos valores e interesses das comunidades quilombolas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definidos nos projetos político-pedagógicos. § 2º O currículo deve considerar, na sua organização e prática, os contextos socioculturais, regionais e territoriais das comunidades quilombolas em seus projetos de Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012, p.13).

Diante disso, também no Art. 37, cita, que o currículo na Educação Escolar Quilombola pode ser organizado por eixos temáticos, projetos de pesquisa, eixos geradores ou matrizes conceituais, em que os conteúdos das diversas disciplinas podem ser trabalhados numa perspectiva interdisciplinar.

E, ainda o Art. 38, da DCNEQ, onde diz que a organização curricular da Educação Escolar Quilombola, deve pautar-se em ações e práticas político-pedagógicas que visem:

- I- O conhecimento das especificidades das escolas quilombolas e das escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas quanto à sua história e às suas formas de organização;
- II- A flexibilidade na organização curricular, no que se refere à articulação entre a base nacional comum e a parte diversificada, a fim de garantir a dissociabilidade entre o conhecimento escolar e os conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades quilombolas;
- III- A duração mínima anual de 200 (duzentos) dias letivos, perfazendo, no mínimo, 800 (oitocentas) horas, respeitando-se a flexibilidade do calendário das escolas, o qual poderá ser organizado independente do ano civil, de acordo com as atividades produtivas e socioculturais das comunidades quilombolas;
- IV- A interdisciplinaridade e contextualização na articulação entre os diferentes campos do conhecimento, por meio do diálogo entre disciplinas diversas e do estudo e pesquisa de temas da realidade dos estudantes e de suas comunidades;
- V- A adequação das metodologias didático-pedagógicas às características dos educandos, em atenção aos modos próprios de socialização dos conhecimentos produzidos e construídos pelas comunidades quilombolas ao longo da história;
- VI- A elaboração e uso de materiais didáticos e de apoio pedagógicos próprios, com conteúdo culturais, sociais, políticos e indenitários específicos das comunidades quilombolas (BRASIL, 2012, p.14).

Por conta dessas orientações, acredita-se que, o currículo permite que as comunidades participem da construção do mesmo, pois é necessário inserir a memória, a cultura e a ancestralidade das comunidades quilombolas, pois a participação é significativa dos representantes das comunidades quilombolas, gestores, docentes, estudantes, movimentos sociais, ONGs, realização de fóruns escolares sobre a diversidade étnico-racial, e outros assuntos para que o currículo seja construído. Para esse entendimento, a Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2010) defende que:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente,

observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural (BRASIL, 2010, p. 42).

Para nosso entendimento, o currículo para Arroyo (2013, pp.41-42), trata-se de investigar como os saberes quilombolas, sua história, culturas, em suma, como suas relações sociais de organização e produção compõem a organização do currículo escolar, não sem considerar o currículo como um “território em disputa”.

E, o currículo se constrói num processo dinâmico e contextualizado, tal qual Libâneo afirma, “o currículo é a concretização do posicionamento da escola face a cultura produzida pela sociedade. Existe ensino porque existe uma cultura, e o currículo é a seleção e organização dessa cultura” (LIBÂNEO, 2001, p.142).

Também se destaca Sacristán (2017), onde defende o currículo, “a partir das contribuições de Whitty (1985): O currículo passa a ser considerado como uma invenção social que reflete escolhas sociais conscientes e inconscientes, que concordam com os valores e as crenças dos grupos dominantes na sociedade” (SACRISTÁN, 2017, p.19).

Ainda Berticelli e Telles (2017) relatam currículo assim:

Entende-se, na contemporaneidade, que o currículo é um artefato muito poderoso, pois através dele podemos influenciar um grande número de pessoas, podendo exercer um tipo de controle sobre elas, instituindo e destituindo identidades. Na elaboração de um currículo, em consequência, há de se pensar muito, pois este terá influência sobre a construção de identidade dos mais diferentes sujeitos (BERTICELLI; TELLES, 2017, p. 276).

E aponta-se também os PCNs (1999) onde garantem que:

O currículo, enquanto instrumentação da cidadania democrática deve contemplar conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva (PCNs, 1999, p.33).

Em face das colocações sobre o currículo de uma escola quilombola, ele representa o retrato da comunidade, onde ao se elaborar, é preciso complementar as especificidades locais para garantir a discussão curricular desejada, uma vez que deve-se contemplar questões relacionadas ao ensino com uma visão quilombola, onde o aluno esteja inserido de forma participativa, sendo capaz de através de seu saber, estabelecer relações, interagir, transformar, reelaborar, agir onde vive, e em outras realidades priorizando sua cultura quilombola.

2.3. A HISTÓRIA DA ESCOLA QUILOMBOLA FERNANDO NUNES RODRIGUES

Em relação a História da Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues contemplada no seu Projeto Político-Pedagógico, pode-se dizer que no ano de 2006, o gestor municipal de Castanhal Sr. Hélio Leite, autorizou que funcionasse nas dependências do prédio da igreja Assembléia de Deus, situada no Quilombo São Pedro a Escola São Pedro.

Inicia em 15 de março de 2006, atendendo inicialmente a 1ª e a 2ª série, no turno da manhã, e a 3ª e a 4ª série pelo turno da tarde. Através de um acordo com o dirigente da congregação local, o saudoso Senhor Pedro Cirilo e a comunidade, é que no ano seguinte (2007) a escola São Pedro passa a ser anexa da unidade de ensino Paulo Freire.



IMAGEM 1: Frente da Escola Quilombola Fernando
Fonte: Acervo Pessoal Fernando Feitosa



IMAGEM 2: Igreja Assembleia de Deus
Fonte: Fernando Feitosa

A construção do prédio próprio da Escola São Pedro, iniciou em novembro de 2007 sendo entregue um ano depois. Com a entrega do prédio, deixou de funcionar na escola Paulo Freire. Antes da inauguração do prédio escolar, no ano de 2007, com a construção do barracão da associação, este recebe o funcionamento para uma sala de aula, pois era mais arejado e os alunos se sentiam bem mais à vontade (PPP da E.Q. Fernando Nunes Rodrigues-2021-2022).



IMAGEM 3: Barracão onde funcionava a escola.
Fonte: Fernando Feitosa - 2006

Segundo o PPP da Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues (2021-2022), no momento de uma reunião com a comunidade onde se fazia presente o senhor secretário de educação Luiz Paiva, pediram que a comunidade sugerisse três nomes para nomear o prédio escolar, dentre os quais foram: Escola Fernando Nunes Rodrigues; Zumbi dos Palmares e São Pedro. Houve uma votação com todos que estavam presentes, o nome escolhido foi Escola Fernando Nunes Rodrigues, em homenagem a um dos fundadores da Comunidade São Pedro-Bacuri (PPP - EQFNR - 2021-2022)

Segundo o documento, a escola citada, tem como objetivo, promover uma educação inclusiva e de qualidade, voltada para valorização da diversidade étnica e cultural, dando destaque as práticas sociais quilombolas, em especial do quilombo São Pedro.

Quadro 1 - Demonstrativo da E.Q. Fernando Nunes Rodrigues - 2022

| Turnos | Nº de turmas | Modalidade | Idade | Nº de alunos |
|--------|--------------|--------------------------|--------------|--------------|
| Manhã | 01 turma | Educação Infantil Mista | 4/5 anos | 08 alunos |
| | 01 turma | Multissérie 1º ao 3º ano | 4/5 anos | 24 alunos |
| Tarde | 01 turma | Multissérie 4º ao 5º ano | 10 a 12 anos | 18 alunos |
| Noite | 01 turma | EJA/1ª Etapa | | 02 Alunos |
| | 01 turma | EJA/2ª Etapa | | 18 alunos |
| | 01 turma | EJA/3ª Etapa | | 21 alunos |
| | 01 turma | EJA/4ª Etapa | | 20 alunos |
| | | | | Total = 111 |

Fonte: (PPP - EQFNR - 2021-2022)

Neste ano de 2022, a escola atende 02 (duas) alunas com necessidades de atendimento educacional especializado, sendo uma com deficiência física e a outra deficiência auditiva. Estas alunas são acompanhadas por um Mediador, que tem o papel de estimular e facilitar o processo de ensino e aprendizagem das discentes.

Para atender aos estudantes da comunidade e entorno, dispomos da estrutura física e dos recursos humanos que são distribuídos conforme quadro abaixo:

Quadro 2 - Demonstrativo da estrutura física da E.Q. Fernando N. Rodrigues - 2022

| Ambiente | Quantitativo |
|--|--------------|
| Salas de aula | 02 |
| Sala de leitura | 01 |
| Secretaria | 01 |
| Copa | 01 |
| Refeitório | 01 |
| Depósito de Merenda escolar | 01 |
| Depósito de Materiais de limpeza | 01 |
| Banheiro masculino adaptado para deficientes físicos | 01 |

Fonte: (PPP - EQFNR - 2021-2022)

Vale ressaltar que, a escola não dispõe de sala para professores, nem de banheiro para funcionários.

Em relação aos recursos humanos, a escola possui um quadro de profissionais abaixo:

Quadro 3 - Demonstrativo dos recursos humanos da E.Q. Fernando N. Rodrigues - 2022

| Profissionais | Quantitativo |
|---------------------------|--------------|
| Diretor | 01 |
| Secretário | 01 |
| Especialistas em Educação | 01 |
| Professores PEB I | 01 |
| Professores PEB II | 01 |
| Professores PEB II | 01 |
| Agente Administrativo | 01 |
| Serventes | 02 |
| Guarda | 01 |
| Merendeira | 01 |
| Zelador | 01 |
| Braçais | 02 |

Fonte: (PPP - EQFNR - 2021-2022)

Com relação aos recursos didáticos, a Escola Quilombola Fernando Nunes, tem a Maleta Infância⁵, com livros e DVDs; Bolsa da Cor da Cultura⁶, com livros e DVDS; O Programa Vaga Lume⁷, com a Expedição Vaga Lume, biblioteca primeira infância⁸, com livros de histórias infantis, romances, produções de livros artesanais, contação de histórias e rodas de histórias. Programa Universidade no Quilombo⁹, sistematiza registros escritos de histórias, memórias, estórias ‘causos’ dos quilombos; Dinamizar o espaço das comunidades para leitura¹⁰, com organização de livros, brinquedos e brincadeiras, biblioteca quilombola¹¹.

A escola tem como visão, proporcionar e nortear pedagogicamente o sujeito do quilombo, com ações afirmadoras como: da memória coletiva, das línguas reminiscentes (significa vocabulário utilizado pelas pessoas de um território), dos marcos civilizatório, das práticas culturais, das tecnologias em forma de produção do trabalho, dos acervos e repertórios orais, dos festejos, usos, tradições, demais elementos que formam o patrimônio cultural da comunidade quilombola e da territorialidade (PPP - EQFNR - 2021-2022).

⁵ Maleta Infância - dispõe de livros e DVDs

⁶ Bolsa da Cor da Cultura – contem livros e DVDS

⁷ O Programa Vaga Lume - Expedição Vaga Lume.

⁸ Biblioteca Primeira Infância - livros de histórias infantis, romances, produções de livros artesanais, contação de histórias e rodas de histórias.

⁹ Programa Universidade no Quilombo - sistematiza registros escritos de histórias, memórias, estórias ‘causos’ dos quilombos.

¹⁰ Dinamizar o espaço das comunidades para leitura - organiza livros, brinquedos e brincadeiras.

¹¹ Biblioteca quilombola – materiais pedagógicos na perspectiva quilombola.

Diante do que o PPP da EQFNR (2021-2022) define, os sistemas de ensinos devem ramificar suas práticas conforme o contexto sociocultural de seus alunados, pois a educação escolar quilombola, é uma forma dos movimentos quilombolas continuarem na busca de seus direitos sociais por uma educação formal democrática, onde o ensino deve está ancorado no contexto social e cultural dos sujeitos valorizando o seu conhecimento, costumes e saberes.

Por tratar do ensino oferecido nas escolas quilombolas, para atender alunos oriundos de quilombos, é importante citar a Resolução nº 8, de 20/11/2012, sobre o que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica Brasileira, definem para que realmente se contemple o que está explícito abaixo:

- a) Organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se:
 - I- Da memória coletiva;
 - II- Das línguas remanescentes;
 - III- Dos marcos civilizatórios;
 - IV- Das práticas culturais;
 - V- Das tecnologias e formas de produções de trabalho;
 - VI- Dos acervos e repertórios orais;
 - VII- Dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país;
 - VIII- Da territorialidade.

Baseado na lei acima, percebe-se que o documento pontua aspectos que devem ser contemplados ao se oferecer uma educação escolar quilombola, aquela que é desenvolvida em centros de ensino localizados nas comunidades remanescentes de quilombos, ao se construir um ensino com a história e a cultura afro-brasileira no ensino básico para que se possa fortalecer essa base que a alicerça a valorização dos saberes, das tradições e do patrimônio cultural das comunidades remanescentes de quilombos uma vez que se depara com contextos reais como a memória, línguas, marcos civilizatórios, práticas culturais, territorialidade, tecnologias e formas de produções de trabalho, bem como acervos e repertórios orais, suas festas, usos, tradições e outros aspectos que envolvem o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país, e em especial dos alunos quilombolas atendidos na Escola Quilombola Fernando Nunes.

Prosseguindo com esse entendimento, a mesma Resolução nº 8, de 20/11/2012, sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, é clara ao definir que se deve também atentar, pois ela:

- b) Compreende a Educação Básica em suas etapas e modalidades, a saber; Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação do Campo, Educação

Especial, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos, inclusive na Educação a Distância;

c) destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica;

d) deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis como quilombolas, rurais e urbanas, bem como por estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas;

e) deve garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade;

f) deve ser implementada como política pública educacional e estabelecer interface com a política já existente para os povos do campo e indígenas, reconhecidos os seus pontos de intersecção política, histórica, social, educacional e econômica, sem perder a especificidade (BRASIL, 2012, pp. 08-09).

Dessa forma, há necessidade de se entender que esse trabalho envolve todas as etapas e modalidades do ensino, propostas tanto para as populações quilombolas rurais e urbanas em suas proximidades vivenciais e ainda, fazendo conexões entre os tempos históricos e políticos, as dimensões socioculturais, educacional e econômica dos povos do campo e indígenas, sem perder de vista a riqueza da especificidade de seu valor e saber cultural.

Baseado nisso, as práticas de ensino da Educação Escolar Quilombola, devem ser destrinchadas a partir da historicidade das comunidades oriundas de quilombo, tais como, em sua vivência, no saber, na crença, na cultura, ou seja, engajada nos elementos patrimoniais e culturais que formam cada comunidade quilombola.

E, é nessa perspectiva de ensino escolar quilombola, que a Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues, propõe e desenvolve suas práticas de ensino, com o objetivo de contribuir no conhecimento e ensino de seus educandos, valorizado o contexto social, cultural, para que eles continuem se conhecendo, reconhecendo sua raiz e cultura, e compartilhem sua identidade cultural em qualquer espaço inserido, e vivam seus direitos enquanto cidadãos.

A Educação Escolar Quilombola enquanto modalidade de ensino na Educação Básica, e ainda nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica (Resolução CNE/CEB 04/2010) garantem no:

Art. 41. A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, bem como nas demais, deve ser reconhecida e valorizada a diversidade cultural (BRASIL, 2010, p.42).

E necessário pontuar que a educação escolar quilombola assim garantida, exige que cada escola possua um projeto pedagógico baseado em uma pedagogia própria, de acordo

com as particularidades históricas, sociais e culturais do ambiente onde está inserida, que proporcione aos alunos experiências com suas vivências que os estimulem a reconhecer e se apropriar de cada um desses aspectos. E, nisso se desenvolva um trabalho pedagógico que considere o que a base nacional indica como princípios para respaldar e contextualizar a especificidade étnico-cultural da comunidade, a diversidade cultural e as singularidades, também dos docentes que fazem parte dessa educação no quilombo.

Aponta ainda as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica (Resolução CNE/CEB 04/2010):

Artigo 38. A Educação do Campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura e se estende, também, aos espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas, conforme as Diretrizes para a Educação Básica do Campo (Parecer CNE/CEB nº 36/2001 e Resolução CNE/CEB nº 1/2002; Parecer CNE/CEB nº 3/2008 e Resolução CNE/CEB nº 2/2008). Artigo 39. A Educação Escolar Indígena e a Educação Escolar Quilombola são, respectivamente, oferecidas em unidades educacionais inscritas em suas terras e culturas e, para essas populações, estão assegurados direitos específicos na Constituição Federal que lhes permitem valorizar e preservar as suas culturas e reafirmar o seu pertencimento étnico. § 1º As escolas indígenas, atendendo a normas e ordenamentos jurídicos próprios e a Diretrizes Curriculares Nacionais específicas, terão ensino intercultural e bilíngue, com vistas à afirmação e à manutenção da diversidade étnica e linguística, assegurarão a participação da comunidade no seu modelo de edificação, organização e gestão, e deverão contar com materiais didáticos produzidos de acordo com o contexto cultural de cada povo (Parecer CNE/CEB nº 14/99 e Resolução CNE/CEB nº 3/99). § 2º O detalhamento da Educação Escolar Quilombola deverá ser definido pelo Conselho Nacional de Educação por meio de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas (BRASIL, 2010, p.11).

Portanto, percebe-se que há avanços nos marcos legais, ampliando e instituindo os sistemas de ensino em comunidades quilombolas, favorecendo assim a implementação das políticas de educação em uma educação diferenciada, reconhecendo e valorizando a cultura, como também reafirmando o seu pertencimento étnico.

2.4. UM OLHAR SOB O PPP DA ESCOLA QUILOMBOLA DE E. F. FERNANDO NUNES RODRIGUES

A Escola Quilombola de Ensino Fundamental Fernando Nunes Rodrigues, é composta basicamente de duas estruturas: administrativas e pedagógicas. As estruturas administrativas são responsáveis pela locação e administração de recursos humanos, estrutura física e financeira. A competência da administração é assegurar que a estrutura física esteja em

perfeitas condições, observando sempre sua imagem, a preservação dos equipamentos da escola, mobílias, a limpeza do estabelecimento, verificação das redes elétricas e hidráulicas.

Já a parte pedagógica, é responsável pela contribuição para que a escola consiga alcançar o objetivo de formar cidadãos competentes para a inserção na sociedade (ALVES, 1992, p. 21).

As estruturas pedagógicas estão relacionadas com o ensino-aprendizagem, as políticas da escola e o currículo. São nas estruturas pedagógicas que se encontra o trabalho pedagógico. E, a escola é de grande relevância para desenvolver o ensino-aprendizagem, observar as finalidades, pois deve-se ver quais estruturas são valorizadas e quem as valoriza, isso implica em sempre questionar a respeito de suas características, seus polos de poderes e seus conflitos. É preciso saber sobre a estrutura pedagógica, que tipo de gestão está sendo exercida, qual o cronograma previsto, qual a lógica interna, que funções educativas predominam na escola e quais os fundamentos que regem a instituição (PPP - EQFNR - 2021-2022).

Em síntese, é imprescindível definir a melhor maneira para a organização da escola e identificar em quais pontos desafiadores ela deve ser superada, atentando-se para o processo de ensino aprendizagem de forma a atender as tomadas de decisões cabíveis.

Fazer uma avaliação da estrutura organizacional da escola no sentido de interpelar as hipóteses que fundamentam a estrutura burocrática, que dificulta a formação de cidadãos capazes de criar ou modificar a realidade na qual a sociedade está colocada é tarefa fundamental da escola. E, para que o ensino seja efetivado, de forma qualitativa e cumprir seus propósitos, as escolas tem que abandonar a atual organização burocrática que persegue o trabalho pedagógico, pois, há muitas questões que estão inseridas no contexto da organização que dificultam o andamento do trabalho, como por exemplo, colocar em primeiro plano as regras que são estabelecidas, que são emanadas do poder central (PPP - EQFNR - 2021-2022).

Seguindo esse caminho, ao observar a estrutura organizacional, ao avaliar os requisitos teóricos, ao localizar os desafios e avistar as possibilidades, os educadores vão se empenhando em seu trabalho dentro da realidade escolar, estabelecendo relações, apontando finalidades comuns e formando novas maneiras de compor as estruturas administrativas e pedagógicas para que o trabalho de todos os envolvidos seja realizado com a competência devida e os objetivos sejam alcançados. Sendo assim, sempre é importante ver os limites da instituição, até onde é possível chegar para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem, observar quais os recursos financeiros disponíveis, bem como também a capacidade dos educadores em suas atividades laborais, respeitando a coletividade.

Em relação ao PPP da Escola Quilombola de E. F. Fernando Nunes Rodrigues de 2022, ele apresenta um Plano de Ação para retomada de atividades letivas de 2022, da rede municipal de ensino de Castanhal-Pará, onde destaca que, é preciso ser analisado, discutido e aperfeiçoado anualmente, ou sempre que necessário.

O que se pensa, e se quer, é construir e manter uma escola quilombola de qualidade, inserida nos novos tempos, e que aponte para a reflexão constante do conceito de educação, que esteja sempre conectada com a sociedade, consciente de seus direitos e deveres, de liberdade e de igualdade perante a sociedade.

O Projeto Político-Pedagógico Quilombola – PPPQ - da Escola Municipal Fernando Nunes Rodrigues, assume internamente um compromisso com o fato de que a educação é prioridade, e a diversidade regional não se configura como barreira para as propostas e ações pedagógicas inovadoras que servem de norte para a prática educativa.

Nesse caso, a educação enquanto um mecanismo de transformação de um povo, que atenda as pluralidades e respeite as especificidades culturais e sociais dos sujeitos. Nisso, uma educação de forma democrática é comprometida com a promoção do ser humano e na sua integralidade estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias (BRASIL, 2004).

Destaca-se o Parecer CNE/CP 3/2004, contido na Resolução N° 1, de 17/6/2004:

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como a valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino. Reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas (BRASIL, 2004, pp.03-04).

Conforme as orientações do Parecer, a educação brasileira em seus diferentes níveis de ensino através do processo educativo com suas várias formas de ensinar e aprender, é imprescindível para trabalhar a diversidade, combater o racismo, a discriminação racial e as relações étnico-raciais, assim como para reconhecer e valorizar a cultura e a identidade afro-brasileira que se formou ao longo da história dos povos negros.

Nesse sentido, o reconhecimento é essencial, tendo em vista que é por meio dele que as comunidades quilombolas potencializam os educandos quilombolas a valorizar a diversidade, assim como também se reconhecerem enquanto sujeitos de direitos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta pesquisa, destaca-se o posicionamento do gestor e da técnica como consta abaixo em cada categoria para análise das informações obtidas no questionário.

3.1. CATEGORIAS DA ANÁLISE DOCUMENTAL (PPP DA ESCOLA)

Baseado nos diferentes documentos que foram manuseados para o estudo da pesquisa denominada “O processo de construção do PPPQ da escola quilombola Fernando Nunes Rodrigues”, nos forneceu diferentes informes.

3.2. CATEGORIAS DE ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

3.2.1. O processo de construção do PPPQ na visão do gestor da Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues

Em relação as questões postas no questionário, optou-se por oferecer ao gestor escolar que nos forneceu importantes informes sobre o que nos inquieta sobre o processo de construção do PPPQ da Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues.

Para isso, perguntou-se sobre questões pessoais e profissionais ao diretor da Escola, identificado pelas iniciais FFR, do sexo masculino, de 51 anos, formado em Pedagogia com Especialização em Política de Igualdade Racial da Escola. Reside na Comunidade São Pedro s/n, Rua principal ao lado da escola.

O gestor possui um tempo de atuação na escola, desde o início do funcionamento da mesma, foi o primeiro professor da escola, iniciou no ano de 2006, em 15/03/2006.

Ao lhe indagar sobre *como se deu o processo de construção do PPPQ na visão do gestor/diretor da Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues*. Ele relatou que;

Para iniciar o processo de construção do PPPQ na visão quilombola se deu com uma convocação para toda a comunidade, foi elaborado em um processo onde foi feito por etapas, pois ele é um projeto que sempre está em reconstrução, ele não é um projeto definido, acabado por que é um projeto que no dia a dia a gente vai aprendendo cada vez mais, e também inserindo nesse projeto o posicionamento das pessoas, dos centros comunitários, assim como os marcos de aprendizagem que existem dentro do projeto e são os marcos de aprendizagem que vem desde os nossos ‘DANTES’ que deixaram para nós esse vasto conhecimento que estão sendo aplicado agora na educação escolar quilombola na Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues.

Baseado no posicionamento do gestor, sobre como foi a construção do PPPQ da Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues, constata-se que foi iniciado com um processo onde ocorreu a convocação das pessoas, dos membros do centro comunitário do quilombo, e não necessariamente com uma participação voluntária, espontânea.

Percebe-se na colocação do gestor que a construção do PPP teve a preocupação de fazer valer saberes e contextos que seriam validados na educação quilombola da citada escola. Assim, acredita-se que as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, é oportuna para essa garantia, pois é importante que a escola envolva todos os segmentos da comunidade quilombola e os que vivem em seu entorno, para que, realmente o projeto político-pedagógico valide a história, os hábitos alimentares, a fala, e o conhecimento dos ancestrais quilombolas para que aconteça a construção e reconstrução do mesmo ao longo do processo.

Vale citar que, o PPPQ da Escola Quilombola Fernando N. Rodrigues, está embasado em princípios e direcionamentos que garantem um ensino dinâmico, ativo, participativo e democrático, e reflete a realidade social, histórica e cultural da comunidade escolar, ou seja a “cara” do que acontece no dia a dia da escola e no seu entorno. Na verdade ele;

(...) busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (...). Na dimensão pedagógica reside a possibilidade de efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (VEIGA, 2013a, p.13).

Nesse sentido, o PPPQ da Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues, representa as características e especificidades da comunidade educativa escolar quilombola, pois os partícipes são sujeitos que têm contextos diferenciados e trajetórias históricas de vida a serem consideradas pela escola para que o processo de construção do documento dialogue com os conhecimentos da comunidade, considerando as especificidades que definem a construção coletiva dos PPP das escolas quilombolas, e ainda garantindo os princípios constitucionais de uma gestão democrática na escolas brasileiras.

Perguntou-se ao citado gestor, *quanto tempo de existência e fundação tem a escola.* Ele nos respondeu que;

Ela foi fundada em 15 de março de 2006, mas quanto escola quilombola voltada para esse estudo, voltado para essa discussão de educação escolar quilombola a gente pode aproximar aqui, a partir do ano de 2017 para cá, quando nós realmente fomos para uma pós graduação e lá a gente deu um ponta pé para como trabalhar a educação escolar quilombola, e como se fazia esse trabalho mais de particularidade da nossa comunidade com nossos alunos e também essa valorização da nossa ancestralidade que é muito viva, e isso se deu agora a pouco, a partir do ano de 2017 e 2018.

Percebe-se nessa argumentação que, a prioridade da escola se deu em face de se valorizar a cultura ancestral, pois é comum que nessas comunidades o trabalho com a coletividade seja constante na luta pela busca de sua existência, pois o povo quilombola possui muitas experiências e acontecimentos que fazem parte de sua existência e do caminho percorrido para que se possa construir uma escola com o conhecimento que cada um traz.

Pode-se entender bem essa questão quando o Parecer CNE/CP 3/2004, compreendido na Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004, cita que é preciso “(...) Reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas” (BRASIL, 2004, pp.03-04).

Esse é um movimento de luta permanente que resiste em busca de direitos sejam individuais e ou coletivos, que normalmente não são respeitados.

Se argumentou ao diretor, *há quanto tempo a escola possui a modalidade Educação escolar Quilombola*. Ele informou;

Se formos aprofundar mesmo dentro desse quanto tempo, a gente já trabalhava isso desde o início, mas não tínhamos esse conhecimento se realmente se tratava de educação escolar quilombola, mas a gente já trabalhava a questão dos valores, dos marcos, dos centros de aprendizagem que tem dentro da nossa comunidade, mas quando empoderou mesmo e afirmou como documentação foi a partir de 2017 a 2018, por ai.

A afirmação do gestor com relação a questão acima, dá conta de que, a escola desde seu início já trabalhava contextos de seus valores, histórias para passar as futuras gerações quilombolas, pois quase sempre a população quilombola reivindica uma educação escolar que tenha o seu jeito de viver, existir, de resistir, sua cultura, fala, assim como participar do mundo do trabalho, da produção de conhecimento para garantir a valorização dos vínculos que a comunidade mantém com sua ancestralidade e, com isso, possibilitar uma aproximação maior entre escola e comunidade, entre comunidade e escola pois isso é muito importante para as instituições escolares localizadas em quilombos.

Lhe perguntamos se *a escola possui um PPPQ*. Ele explicou que;

Sim, possui, a escola tem um projeto político pedagógico quilombola específico da escola. E, que iniciou o processo de criação desse documento, foi desde 2016 ou 2017, por aí assim, quando a gente já falava de criar um projeto político-pedagógico quilombola da escola específico, então foi no meado desses anos 2016 ou 2017, por aí que começou esse ponta pé desse trabalho.

A afirmação do gestor escolar é contundente de que existe um PPPQ a um bom tempo, e que tem sua importância e autonomia ao fazê-lo, pois a diretriz tomada diante dos anseios confirmam o que as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2010), apontam que o Projeto Político-Pedagógico é um dos meios mais eficazes que a escola dispõe para conquistar a autonomia e a democracia à todos com respeito e qualidade social, uma vez que:

O projeto político-pedagógico deve, pois, ser assumido pela comunidade educativa, ao mesmo tempo, como sua força indutora do processo participativo na instituição e como um dos instrumentos de conciliação das diferenças, de busca da construção de responsabilidade compartilhada por todos os membros integrantes da comunidade escolar, sujeitos históricos concretos, situados num cenário geopolítico preenchido por situações cotidianas desafiantes (BRASIL, 2010, p. 47).

Nesse sentido, entende-se que é preciso ter conhecimento sobre as leis que resguardam a Educação Escolar Quilombola, sua estrutura e funcionamento com relação uma estrutura física condizente, alimentação escolar, calendário, formação de professores e gestores, para fundamentar o PPP e direcionar as diferentes concepções de ensino e aprendizagem, avaliação, currículo e outros aspectos mais, pois muitas outras questões são fundamentais para realmente construir um PPPQ que caracterize o papel da escola e construir sua identidade de forma que sua política pedagógica seja:

[...] “transgressora”, que induza um currículo também transgressor, que rompa com práticas ainda inflexíveis, com os tempos e espaços escolares rígidos na relação entre o ensinar e o aprender, com a visão estereotipada e preconceituosa sobre a história e cultura de matrizes afro-brasileira e africana no Brasil (BRASIL, 2012, p. 47).

Assim, acredita-se que esse início da construção do PPP foi desafiante, mas muito produtivo e relevante para os comunitários quilombolas e para a Escola Fernando N. Rodrigues.

Indagamos, *em que a escola se respalda para elaborar o PPPQ*. Ele nos cita;

Bom, a escola ela tem um respaldo dentro das Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação escolar Quilombola que é a Resolução N° 08, a gente também se respalda dentro dos marcos civilizatórios, como também a gente se respalda na nossa educação quilombola, e as nossas ancestralidades também, ela tem um grande respaldo, por que nós somos descendentes de um povo que foram escravizados, e isso para nós, nossa identidade, essa nossa afirmação muito positiva, isso nos dar

respaldo para que nós se aceite, se assumimos, e que também as leis que já foram agora a pouco citadas a 10.639 também nos dar um respaldo. A LDB também nos dá esse respaldo, como também a constituição de 88.

O gestor é enfático ao nos informar que a escola se respalda primeiramente em leis para elaborar o PPPQ, pois hoje se dispõe de várias leis que subsidiam essa elaboração. Assim, a existência de quilombos faz com que exista no campo educacional a valorização das particularidades ao construir o documento uma vez que muitos aspectos são considerados, inclusive a relação ancestral desses povos.

Nesse sentido, a Educação Escolar Quilombola deve mobilizar e ressignificar o PPPQ no sentido de fortalecer a identidade africana, as lutas quilombolas e a valorização da sua própria história. Para entender isso, vale citar o que Veiga (2013a), nos afirma ao dizer que “é preciso entender o Projeto Político-Pedagógico da escola como uma reflexão do seu cotidiano”. Assim, entende-se quando o gestor coloca que a instituição escolar se respalda em leis, nas suas identidades, cultura e na sua realidade vivencial.

Dessa forma, por falar em lei, no Art.242- §1º, está bem claro que “O ensino de história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro” (Constituição Federal de 1988).

Ainda, a Lei 10.639/03, que regulamenta a LDB 9394/96, estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em toda extensão do currículo escolar, isso é de grande valia, pois veio instituir através do art. 26, a inclusão no “âmbito de todo o currículo escolar os conteúdos referentes a história e cultura afro-brasileira, em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras” (BRASIL, 2003, p. 35).

Percebe-se que a citada lei, foi um grande avanço para que a escola, os professores e alunos Afro-brasileiros fossem visibilizados no contexto educacional, contribuindo com uma maior conscientização e participação da sociedade brasileira.

Continuando, se perguntou ao gestor, *quem participa da criação do PPPQ. Quais órgãos são acionados?* O gestor esclarece;

Bom, quem participa é toda a comunidade, desde os nossos mais velhos as crianças, participa desse projeto, dessa criação. Os órgãos que foram chamados foram: UFPA¹², UEPA, Órgão de movimentos sociais, como também o nosso NERED¹³, que é o núcleo de educação para relação étnico racial na SEMED¹⁴, tanto também o povo do NEC¹⁵, que também faz parte da coordenadoria do NEC que é a educação no campo SEMED, como também a SEMED em si, os assessores da secretaria

¹² UFPA - Universidade Federal do Pará

¹³ NERED - Núcleo de Educação para Relação Étnico Racial

¹⁴ SEMED – Secretaria Municipal de Educação

¹⁵ NEC - Núcleo de Educação do Campo

municipal de educação. E não esquecendo também que nós temos o projeto vagalume, que é o órgão ‘parceirão’ também nesse projeto que faz parte dessa elaboração, como também os projetos da Universidade como o NEAB¹⁶ e o LAAB¹⁷, estão muito presente conosco, nessa produção nessa criação desse projeto político-pedagógico com os nossos professores doutores que estão dirigindo esse projeto.

Constata-se na verbalização do gestor que a participação na parceria dessa empreitada é relevante, pois muitos segmentos ajudam a construir o PPPQ¹⁸, pois entende-se que para essa construção e ação coletiva deve ser construída com a participação da comunidade, de seus pares e parceiros, uma vez que a Educação Escolar Quilombola começa na comunidade, nas relações comunitárias e com a família. E nesse contexto, a escola deve desempenhar o papel de articular os conhecimentos ancestrais com os conhecimentos elaborados e sistematizados pela: UFPA, UEPA, movimentos sociais, NERED (Núcleo de educação para relação étnico racial na SEMED e outros; e dentre eles a população quilombola.

Diante disso, é importante ressaltar também os profissionais que trabalham nos sistemas de ensino inseridos em comunidades quilombolas, que os mesmos devem ser da própria comunidade e comprometidos com as lutas do povo quilombola como ratifica a DCNEEQ em seu Art. 48 – “A Educação Escolar Quilombola deverá ser conduzida, preferencialmente, por professores pertencentes às comunidades quilombolas” (BRASIL, 2012, p.16).

Diante das questões postas, acredita-se na colocação do gestor nesse trabalho de participação para construir um PPPQ que siga o Art. 31, da Resolução nº 8, de 20/11/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, onde entendem o PPP como expressão da autonomia e da identidade escolar e dentre as orientações para sua construção considere o que define o título VII:

II - as formas por meio das quais as comunidades quilombolas vivenciam os seus processos educativos cotidianos em articulação com os conhecimentos escolares e demais conhecimentos produzidos pela sociedade mais ampla (BRASIL, 2012, pp. 412-413).

Isso contempla e reitera a criação do PPPQ que vive seus conhecimentos e aprofunda os demais conhecimentos escolares na escola.

Também se indagou para que o gestor contasse *como se dá todo o processo de elaboração do PPPQ*. Ele assim relatou minuciosamente;

¹⁶ NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros

¹⁷ LAAB - Ludicidade Africana e Afro-Brasileira

¹⁸ PPPQ - Projeto Político-Pedagógico Quilombola

O projeto político-pedagógico, ele se deu o início desse processo foi convocando toda a comunidade para que a escola encontrasse parceiro dentro da comunidade e foi encontrado todos os parceiros que existe dentro da comunidade como, da benzedeira ao produtor rural da agricultura familiar, como também historiadores, os coordenadores que pertencem a associação, quanto também a associação que comanda e direciona a nossa comunidade, todo esse povo ficou presente, as lideranças religiosas, lideranças católicas, lideranças de matriz africana, *todo esse povo foi convidado* para fazer parte desse momento muito interessante da criação do PPPQ da escola. Como também, os órgãos que já foram citados na outra pergunta.

Ao analisar a colocação do gestor, percebe-se que para dar início ao processo, foi realizada uma convocação a toda a comunidade quilombola para que as pessoas se identificassem como parceiros nessa elaboração do PPPQ, através da participação voluntária. Para melhor entendimento sobre quilombo, Amaral (2008, p.117) explica que:

Quilombo são comunidades negras rurais, habitadas por descendentes, direto ou não, de escravos negros ou afrodescendentes os quais mantém laços de parentescos, consanguíneo ou não, que vivem em terra doada, comprada ou ocupada secularmente pelo grupo, valorizam tradições culturais dos antecedentes passados, religiosas ou não, possuem histórias comuns, normas de pertencimento explícitas e consciência de sua identidade étnica ou de sua etnicidade (AMARAL, 2008, p.117).

Entende-se na colocação de Amaral, que nem sempre as comunidades quilombolas são de origem negra, podem ser parentes de sangue ou não, e vivem de doações, compras ou ocupação, são povos que preservam os conhecimentos e costumes dos seus antepassados; ou seja, “A maneira como se organizam ou estão organizados os quilombos ou as comunidades remanescentes de quilombolas são diferentes entre si, pois cada comunidade tem sua particularidade e sua própria forma de organização” (AMARAL, 2008).

Diante de todo esse percurso, tem-se a LDB 9.394/96, que regulamenta a obrigatoriedade nos estabelecimentos de Ensino para desenvolver seus Projetos Político-Pedagógicos com a participação de toda a comunidade escolar, assim como assegura a autonomia das escolas para a sua elaboração, garantindo que esses projetos sejam coerentes com a realidade socioeconômica do local em que a escola está inserida.

Diante das explicações, perguntou-se *como se dá o processo de avaliação do PPPQ?*
O gestor nos colocou que;

É um processo contínuo, ele não é quantitativo, é qualitativo, ele é avaliado de acordo a necessidade das atividades presentes, e também a gente conta muito com a assiduidade, participação, assim são feitos o processo de avaliação deste projeto dentro das culminâncias da sequência didática que a gente faz na questão do trabalho coletivo.

De acordo com a afirmação do gestor, o PPPQ deve, a partir da Pedagogia de Quilombo, compreender as relações estabelecidas entre a comunidade educativa e os espaços formativos ancestrais da comunidade, levando em consideração a riqueza local, a fauna, a flora, os espaços em que as tecnologias antigas ainda permanecem como parte da memória territorial e como a comunidade os ressignifica, atribuindo sentidos existenciais à memória dos primeiros povos africanos no Brasil, para que aos pouco se reavalie e altere o que não cabe mais para o momento.

Baseado nisso, *se perguntou como ocorre o processo de atualização do PPPQ?* Ele explicou;

Ele é um processo feito através dessa convocação de todo corpo escolar da escola, docentes, discentes, pessoas de apoio, como também alguns pais envolvidos no trabalho educacional que são chamados para participar assim como os nossos mais velhos, e igualmente os mais novos que são nossas crianças que do mesmo modo participam dando sua opinião, sua contribuição nos quesitos dos marcos de aprendizagem que o projeto político-pedagógico vem pedindo que se faça essas alterações, mediante as necessidades surgidas, em que a comunidade percebe que há uma necessidade de estudar, de elaborar e de se aperfeiçoar também com os eventos com as manifestações culturais e muitas coisas abordam e elas elencam dentro desse processo de atualização do projeto político-pedagógico.

Na descrição do gestor acima está claro que houve uma convocação feita pela escola para que todos os segmentos participem da reelaboração do PPPQ da Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues, e que havia necessidade desse encaminhamento para apontar as diretrizes a serem tomadas para contemplar na reescrita do documento.

Em contrapartida percebe-se que as lacunas existem, e que a escola pode aos pouco trabalhar para superar as necessidades que são urgentes para que o processo educativo se torne dinâmico, efetivo e desburocratizado. Veiga (2013b, p. 17) nos explica isso quando afirma que;

A instituição escolar deve policiar-se, também, no sentido de não se transformar numa instância burocrática, por meio de estatutos, regimentos, portarias, resoluções, avisos, memorandos, os quais acabam por descaracterizar seu papel de proporcionar aos educandos, mediante um ensino efetivo, os instrumentos que lhes permitam conquistar melhores condições de participação cultural, profissional e sociopolítica (VEIGA, 2013b, p. 17).

Por esse entendimento, deve-se primar pela participação, pois ela é o ponto principal e fortalecedor das ações em qualquer espaço escolar.

Se averiguou com o gestor *se há alguma dificuldade na criação do referido documento? Se sim, quais?*. Ele disse que;

Sim. Dificuldades existem em todos os momentos, e elas são ‘*inúmeras*’, por exemplo o primeiro passo, se isso podemos chamar de dificuldade é na produção dos materiais didáticos, por que os livros didáticos que a gente recebe que vem do MEC, eles não nos dão esse suporte para trabalhar a educação escolar quilombola contemplada no PPPQ da escola, e falar das nossas especificidades dentro do nosso currículo pedagógico é falar da nossa cultura local, valorização da cultura local, é falar de ancestralidade do nosso território é esse empoderamento territorial também, e ter isso em nosso território como espaço, como vida, como lugar de paz e tranquilidade, então elaborar instrumentos para trabalhar assim é um desafio, por conta de apoio financeiro.

Segundo as informações acima do gestor escolar, a desconexão do material para trabalhar o currículo baseado em uma educação quilombola impede e dificulta muito o fazer educacional sem o contexto quilombola, pois acredita-se que assim a escola resiste com muitos desafios, mas precisa ser materializada e construída para atender a sujeitos quilombolas, e refletir sobre a realidade local no currículo e na prática pedagógica para respeitar o que deve ser contemplado no dia a dia da educação dos quilombolas.

Dito isso, para instituir um currículo pedagógico que verdadeiramente contribua para a valorização e o fortalecimento de identidade negra, não se pode esquecer as especificidades presentes dentro da história e cultura do povo negro. A própria Diretriz Curricular Nacional para a Educação Escolar Quilombola, aprovada pela resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, em seu Art. 35 define, que o currículo da Educação Escolar Quilombola, deve:

- I - garantir ao educando o direito a conhecer o conceito, a história dos quilombos no Brasil, o protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como o seu histórico de lutas;
- IV - promover o fortalecimento da identidade étnico-racial, da história e cultura afrobrasileira e africana ressignificada, recriada e reterritorializada nos territórios quilombolas (BRASIL, 2012, p. 71).

Entende-se que a Diretriz Curricular Nacional para a Educação Escolar Quilombola aponta que o conhecimento quilombola deve priorizar no currículo a história dos quilombos no Brasil e outros aspectos de relevância para o ensino e aprendizagem do aluno.

Se verificou com ele se *a escola possui uma proposta curricular própria ou segue as orientações curriculares da rede de ensino?* O gestor relata que;

Sim. A escola possui uma proposta curricular própria, como já falei antes, valorizando reconhecendo nossa cultura local, o nosso empoderamento, nossa identidade, mas também seguimos para uma boa parte, se for fazermos aquele chamado entrelaços do currículo da rede do ensino do município, mas abordamos principalmente nosso currículo, pois temos um currículo bastante rico de conhecimentos, de experiências e de coisas vividas pelos nossos próprios alunos.

Percebe-se na colocação do gestor que a Educação Quilombola favorece o fortalecimento e o reconhecimento da identidade de nosso povo, da memória e da cultura negra uma vez que o próprio Parecer CNE/CP 3/2004, contido na Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004, destaca que o:

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. (...) Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino. (...) Reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas (BRASIL, 2004, pp.03-04).

Dessa forma entende-se o que é anseio do gestor, o que a lei preceitua e ainda o que se pode adotar nas escolas, pois é louvável a instituição já possuir uma proposta curricular própria que além de trabalhar a sua cultura local, segue as orientações curriculares que dão garantia dos direito às comunidades afro-quilombolas para entender as contribuições históricas, sociais, culturais e formas próprias de ver o mundo das comunidades quilombolas, para assim se encontrar a possibilidade de diálogo com o PPPQ e com as práticas de ensino e aprendizagem na escola para que os alunos usufruam, de uma maneira geral de um ensino que aborde em seu currículo, conhecimentos, experiências e vivências dos próprios alunos.

Perguntou-se ainda, *quais desafios a escola ainda enfrenta, e pediu-se que ele descrevesse*. O diretor citou;

Desafios são vários, como já foi destacado, da produção de material didático, da produção de livros artesanais por que falta recursos, mas nada difícil, pois os desafios surgem para que a gente possa realmente partir como uma afinidade, lutar com uma proposta muito pé no chão, materializada para criar para escrever, produzir, e valorizar os nossos conhecimentos, das nossas ancestralidades ou chamados dos nossos 'DANTES', o que nossos 'DANTES' deixaram para que a gente pudesse hoje está aprimorando esses grandes conhecimentos riquíssimos, talentos que foram ai memorizados do nosso passado.

A essa colocação do gestor, pode-se destacar que no caso das Comunidades Quilombolas, essas propostas precisam ser ainda mais pensadas e materializadas de modo a reconhecer e valorizar os saberes trazidos da cultura negra que estão presentes nas comunidades e vezes precisa-se de material específico para trabalhar, assim como as orientações presentes nas Diretrizes para a Educação Quilombola citada que afirma: VI - a

produção e o uso de material didático-pedagógico em parceria com os quilombolas (BRASIL, 2012, p. 14).

Diante desses desafios, entende-se a postura do gestor tal qual Veiga (2013a), considera:

(...) a gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supere a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educativas da quais a escola é mera executora (VEIGA, 2013a, p.162).

Nesse sentido, compreende-se que o gestor enfrenta muitos desafios na escola, no entanto, ele procura estimular uma prática de gestão coletiva onde tenta buscar os parceiros na comunidade para superar os aspectos que fazem com que a educação quilombola ascenda como desejado pelos sujeitos.

Finalmente perguntou-se, *quais perspectivas de melhorias a escola ainda busca?*. Ele alegou;

Posso falar que depois que a escola conseguiu se tornar dependente de gestor, coordenação, professores locais do quilombo, a perspectiva é ter o avanço, para que possamos ter o nosso ensino fundamental, da educação infantil ao nono ano, seja ele na modalidade normal, seja na modalidade da EJA, isso é uma perspectiva para que possamos está melhorando cada dia mais e trazer essas formações para que possa entrelaçar com os conhecimentos dos nossos professores e facilitar as produções de materiais didáticos, pois essas formações são riquíssimas nesse sentido de se produzir e do fazer material didático. Outra perspectiva também que a escola possa trazer o ensino médio para dentro da escola.

Entende-se que na busca de uma melhoria para a escola, o gestor pronuncia a importância dos profissionais qualificados para dar andamento ao processo educativo.

3.2.2. O processo de construção do PPPQ na visão da coordenadora pedagógica escolar da escola quilombola Fernando Nunes Rodrigues

Também se ofereceu um questionário que serviu como roteiro de entrevista a coordenadora pedagógica escolar das iniciais E. S, onde se perguntou “*a escola possui um PPP? Como se dá o processo de elaboração/avaliação e atualização?*”. A técnica informou;

A Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues possui um PPPQ (Projeto Político-Pedagógico Quilombola), que sempre é reelaborado, avaliado e atualizado pela

comunidade escolar: servidores lotados na unidade de ensino, pais/responsáveis e comunidade geral.

Acredita-se na argumentação da coordenadora pedagógica escolar, tal qual informa o gestor acima também em sua fala, pois a escola paulatinamente reelabora seu PPPQ com todos os servidores e comunitários que fazem parte da Escola Quilombola Fernando N. Rodrigues. Veiga (2013b, p.13) nos afirmar isso ao refletir que:

O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizada da burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da escola (VEIGA, 2013b, p.13).

A partir dessa garantia colocada pela autora, entende-se que o PPPQ da escola tem seu momento de elaboração, reelaboração e avaliação das ações em busca de superar as contradições e instaurar uma rotina democrática na escola.

Indagou-se se *a escola possui uma proposta curricular própria ou segue as orientações curriculares da rede de ensino?*”. Ela esclareceu: *Temos um currículo próprio.*

Entende-se na resposta dada pela coordenadora pedagógica que seguem um currículo próprio para a educação escolar quilombola. E este a nosso ver, deve ser idealizado de forma democrática, considerando as práticas educacionais voltadas a diversidade, ao resgate histórico e cultural ligadas diretamente à vivência dos sujeitos e ao respeito as suas tradições, e de acordo com a realidade da Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues.

Perguntou-se também *como está organizado atualmente o currículo do ensino Médio (anos, carga horária, áreas do conhecimento, disciplinas?)*. Ela citou que: *Atualmente não tem o ensino Médio na unidade de ensino.*

Este esclarecimento é importante, pois atenta-se para que trabalho a escola desenvolve, qual modalidade e perspectivas de ensino encaminha a educação na perspectiva quilombola.

Ainda questioneei *se a escola adota alguma perspectiva teórico-metodológica norteadora das ações pedagógicas e de ensino/aprendizagem?*. Ela nos relatou que:

As ações pedagógicas da unidade de ensino estão contempladas no PPPQ da escola, e são destrinchadas no processo de ensino e aprendizagem a partir da historicidade das comunidades oriundas de quilombo, tais como, em sua vivência, no saber, na crença, na cultura, ou seja, engajada nos elementos patrimonial e culturais dessas comunidades e por pesquisadores nesta linha.

Percebe-se na fala da coordenadora pedagógica que, os educadores trabalham a Educação Quilombola contemplada no PPPQ da escola, fugindo das práticas tradicionais de ensino-aprendizagem, pois estas não atendem aos interesses das populações como a nossa que reside em áreas de quilombo, pois se sabe que isso compromete completamente o desenvolvimento da prática pedagógica se assim não se fizer.

Posto dessa forma, retoma-se o que defende Veiga (2013a, p.187), ao citar que:

Para que uma escola tenha de fato um Projeto Político-Pedagógico inovador ele deve apresentar as seguintes características: i) ser construído a partir da realidade, explicitando seus desafios e problemas; ii) ser elaborado de forma participativa; iii) corresponder a uma articulação e organização plena e ampla de todos os aspectos educacionais; iv) explicitar o compromisso com a formação do cidadão e os meios e condições para promovê-la; v) ser continuamente revisado mediante processo contínuo de planejamento; e vi) corresponder a uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade escolar (VEIGA, 2013a, p.187).

Corroborando com essa perspectiva defendida por Veiga (2013a), reitera-se novamente nossa defesa por um PPPQ que se rege por uma concepção emancipadora, transformadora que vê a escola como instituição social relevante no quilombo e ainda para o processo de cidadania dos alunos da escola para que supere a visão meramente burocrática, reguladora e disciplinadora que muitas vezes impera nas escolas onde só realçar o papel da escola como reprodutora das desigualdades, submetidas apenas às exigências dos órgãos centrais.

Também indaguei *como se dá a avaliação da aprendizagem do aluno?*. Ela explicou que: *A avaliação na unidade de ensino se dá de forma contínua.*

Isso nos leva a entender que a avaliação da aprendizagem do aluno se dá de forma contínua, onde o processo deve servir para que o professor observe as necessidades do aluno com relação a aprendizagem para que esta mudança na avaliação aconteça de forma contínua.

Em se tratando de indagações relacionadas a ‘PRÁTICA DOCENTE’, se instigou sobre *como se caracteriza a relação da gestão/coordenação com o professorado?*. Ela coloca que: *Buscando com que o coordenador seja responsável pelo direcionamento e acompanhamento do trabalho pedagógico realizado na escola, e atuar para ajudar os professores a encontrar as melhores formas de otimizar a aprendizagem dos alunos.*

Para essa resposta, entende-se que a coordenadora procura atuar junto aos professores, seja para com os que tem mais tempo na escola, são quilombolas e participam com mais assiduidade; assim como também para aqueles que não são quilombolas e não participam

frequentemente dos trabalhos pedagógicos realizados na escola como por exemplo, o PPPQ da Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues.

Diante dessa perspectiva, considera-se, a propósito que uma relação da gestão e coordenação com os professores, não é tarefa simples, contudo, Imbernón, (2010, p.94) cita pontos que precisam ser pensados e podem ajudar a planejar a formação em serviço, planejar para conseguir um melhor ensino na formação aplicando técnicas didáticas que sejam adequadas ao seu grupo de docentes a partir de pesquisas pedagógicas.

Nesse sentido, os gestores e coordenadores devem refletir sobre o desenvolvimento dos alunos, dos professores para que aconteça uma relação democrática onde perdue a igualdade e a justiça em todo o trabalho pedagógico realizado na escola, inclusive o PPPQ da Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues.

Em relação ao assunto, se indagou *há formação continuada pensada e realizada pela escola para os professores ou a formação é dada pela rede de ensino?*. Ela explicou que: *A coordenação e gestão pensam e realizam constantemente diversas formações como demandas sobre o PPPQ para os servidores lotados na unidade de ensino.*

Ao pensar assim, acredita-se que a coordenadora e o gestor refletem o assunto e realizam formações em serviço que proporciona a construção de saberes, de diferentes aprendizagens onde se rompe barreiras como afirma a Diretriz Curricular Nacional para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, no art. 8, parágrafo V, em que contempla a “garantia de formação inicial e continuada para os docentes para atuação na Educação Escolar Quilombola” (BRASIL, 2012, p.6).

Essa proposição legal é relevante para o crescimento profissional do docente e em consequência para melhorar o ensino para o aluno.

Dessa forma posto, se argumentou se *há uma estratégia definida de orientação, acompanhamento e avaliação do trabalho docente?*. A coordenadora pedagógica escolar respondeu: *Não temos uma estratégia preestabelecida, buscamos promover uma educação curricular inclusiva e de qualidade garantida no PPPQ, voltada para valorização da diversidade étnica e cultural, dando destaque as práticas sociais quilombolas.*

Isso respalda o que a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica cita sobre se ter “um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas” (BRASIL, 2012, p.26).

Diante disso, o currículo deve partir do que se contempla no PPPQ, pois deve-se adotar um diálogo aberto com os saberes, construídos fora e dentro dos contextos escolares, dando um novo significado às práticas pedagógicas.

Averiguou-se com a coordenadora pedagógica *Como você lida com os conflitos ou divergências de ideias envolvendo os docentes?*. Ela relata que: *Buscando amenizar ou até mesmo acabar com tais conflitos e divergências, para que o trabalho possa fluir da melhor forma possível.*

Por falar de conflitos ou divergências de ideias envolvendo os docentes, é imprescindível adotar o diálogo para que o bom relacionamento volte a perdurar na escola.

Se perguntou também, *como você avalia as aulas dos docentes?*. Ela reitera que: *Os docentes e as docentes lotadas na unidade de ensino, sempre desenvolvem boas práticas.*

Esse relato nos leva a compreender o que Veiga (1992, p. 16) explica sobre a prática pedagógica que é “uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, e inserida no contexto da prática social. É uma dimensão da prática social que pressupõe a relação teoria-prática”.

Diante dessa percepção da autora entre a teoria e a prática, vê-se que elas podem estar postas no PPPQ da escola, e norteadas por objetivos em busca de finalidades e conhecimentos que se produz na prática cotidiana.

Com relação a ‘RELAÇÃO COM OS ALUNOS’, argumentei se *há uma política ou orientação adotada pela escola sobre inclusão social no sentido amplo do termo?*. Ela argumentou que;

Sim. Buscando assegurar de forma efetiva o que contempla o PPPQ para a educação especial e inclusiva, realizando as adaptações necessárias nas atividades proposta, e assim, garantir êxito no processo de ensino aprendizagem dos discentes que possuem algum tipo de deficiência. Respeitando seus saberes e cultura local.

Com essa declaração da coordenadora pedagógica, entende-se que na escola a inclusão se efetiva e se respeita o que a lei respalda e o povo almeja.

Ao se perguntar *Como a escola lida com problemas relacionados à sexualidade, namoro, uso de drogas, preconceito racial, bullying, dentre outros, envolvendo alunos?*. Ela relatou: *Dialogando com os estudantes e os apresentando o que se propôs no PPPQ como diretriz para a necessidade do respeito ao outro nas diversas situações.*

Ao citar esta questão, reporta-se a prática do diálogo, pois é verdade que, esses contextos devem fazer parte do diálogo com os alunos em diferentes situações, para que se reflita sobre vários temas como a sexualidade, namoro, uso de drogas, preconceito racial,

bullying, assim como a inserção do negro na sociedade, e a influência dos vínculos culturais africanos na construção da cultura afro-brasileira que temos presente em nosso país, e aqui em especial na escola quilombola Fernando Nunes Rodrigues.

Assim, ao seguir o questionamento, também indagou-se *Como a escola trabalha a questão do desânimo e desinteresse pelo estudo por parte do alunado?*. Ela explica: *Criando estratégias que estão sugeridas no PPPQ para estimular os estudantes.*

Acredita-se que esse estímulo deve ser trabalhado com um currículo especial e direto para a educação escolar quilombola, onde contempla a diversidade social, histórica, cultural e política desses sujeitos.

Pode-se conferir isso nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, no artigo 34, no que diz respeito à construção do currículo, no inciso 1º e 2º, onde assim discorre:

§ 1º Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem ser construídos a partir dos valores e interesses das comunidades quilombolas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definidos nos PPP. E o § 2º, cita que o currículo deve considerar, na sua organização e prática, os contextos socioculturais, regionais e territoriais das comunidades quilombolas em seus projetos de Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012, p.13).

Diante desse caminhar, acredita-se que uma realidade escolar quilombola onde se fala do seu vivenciar, dos seus saberes, práticas, valores e de sua riqueza cultural, pode-se minimizar o desinteresse que são apresentados pelos alunos, assim como pelos professores que não participam frequentemente das ações que a escola promove como o PPPQ, porque ali está impregnada toda a valoração do povo quilombola que ao expressá-la nos contextos escolares, os alunos ao estudá-la, certamente se orgulharão de seu saber.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa com o **tema** ‘O processo de construção do PPPQ da Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues, foi um estudo pelo qual se propôs no **objetivo geral**; refletir na concepção dos autores e atores da Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues, o que é Projeto Político-Pedagógico Quilombola - PPPQ.

Diante disso, se buscou aprofundar o assunto com cada autor e lei que garante o oferecimento do ensino da educação quilombola, e atrelado a isso, a concepção de PPPQ nessa perspectiva de estudo. Foram inúmeras descobertas com relação ao contexto proposto.

Vale ressaltar que se atingiu aos **objetivos específicos**, onde se descreveu como o currículo escolar é contemplado no PPPQ culturalmente referenciado tendo como base as DCNEEQ e outras leis para ser aplicado na prática de sala de aula para os alunos quilombolas uma vez que o início da construção do documento se deu nos meados de 2016 ou 2017, e até hoje os profissionais da escola, os comunitários e órgãos representativos fazem parte da discussão e reelaboração do mesmo.

Também, na fala tanto do gestor escolar como na da coordenadora pedagógica percebe-se a afirmação de que as práticas pedagógicas legitimam o conhecimento ancestral, a formação da identidade, a cultura local e o modo de vida de uma comunidade quilombola bem como reconhecem as diferenças étnico-culturais-territoriais; assim como as leis citadas no estudo, são as que orientam e garantem um ensino quilombola a alunos quilombolas e não quilombolas como está sendo validado na Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues.

Com relação a **problemática** da pesquisa, a construção da primeira versão do PPPQ, se deu a convite da gestão para que os comunitários quilombolas participassem e fizessem valer o diálogo da comunidade, de modo a atender também o que determinam as Leis.

Após a **análise dos questionários** do gestor e da coordenadora que atuam na Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues, foi possível entender que: as políticas públicas educacionais destinada a comunidade são mais gerais, não há uma preocupação com a questão específica quilombola; as formações para os profissionais não são realizadas pela SEMED, mas pelos técnicos da própria escola; falta de materiais didáticos que abordem a realidade da comunidade quilombola dentre outros.

Todavia, a escola já dispõe de seu **PPPQ próprio e atualizado** sempre que necessário, que contribui para entender a importância de avança nos desafios colocados na escola uma vez que ele serve como norteador para o ensino com um currículo diferenciado e escolhido por seus próprios sujeitos, os quilombos que participam sempre da reelaboração para a implantação de alguma questão, pois a escola quilombola é atrelada a Secretaria de Educação de Castanhal.

Percebeu-se nas informações que o PPPQ da escola é visto como algo vivo, ativo, pensado cotidianamente e permanentemente para melhorar o ensino e a aprendizagem dos alunos, assim como para que as práticas estejam sempre em consonância com os objetivos que se pretende atingir em uma tomada de decisão, pois como já foi ressaltado, não se constrói um projeto sem o envolvimento de todos.

É importante ressaltar que através do Projeto Político-Pedagógico a escola tem a capacidade de construir sua identidade, de tal forma que caracterizará uma escola única,

focada no desenvolvimento do ensino-aprendizagem e levando um bom retorno para a comunidade a qual se encontra inserida, favorecendo uma relação amigavelmente entre seus participantes, que inclui corpo docente, discentes e comunidade local.

Também deve construir um Projeto Político-Pedagógico Quilombola com entendimento e processamento da tomada de decisões coletivas, espaço definido de debates, dos desafios que a escola quilombola passa, na tentativa de requerer meios cabíveis à efetivação de sua intencionalidade, capaz de afetar vidas, saberes, fazeres, cultura e conhecimentos da realidade do quilombo onde está situada a Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues.

Deixo registrado que minha intenção é continuar o estudo neste tema aprofundando cada vez mais as diretrizes que ajudam a encaminhar um processo de construção do PPPQ, uma vez que ele representa a significação da escola e o que ela quer para seus pares.

Enfim, para se construir um PPPQ, e a escola girar em torno das ações contempladas, é fundamental que ele traga mudanças significativas para o desenvolvimento educacional e conseqüentemente a construção do indivíduo quilombola.

Conclui-se, então, que as leis, por si só, mesmo contemplado no PPPQ não garantem que a História e Cultura Afro-brasileira sejam trabalhadas efetivamente nas salas de aulas, mas é um desafio e responsabilidade dos profissionais para que a partir de suas reflexões e experiências adote o ensino com suas especificidades e particularidades, e ainda participem efetivamente da reelaboração do PPPQ da escola.

REFERÊNCIAS

ALVES José Matias. **Organização, gestão e projeto educativo das escolas**. Porto Edições Asa, 1992.

AMARAL, Assunção José Pureza. **Da senzala ao quilombo: práticas educativas e uso de recursos naturais entre os quilombolas do médio Amazonas – Pará**. Tese de doutorado. Orientadora Edna Maria Ramos de Castro. Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2008.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70, 1997.

BERNSTEIN, Basil. **Clases, códigos y control**. Madri Ákal, 1989.

BERTICELLI, I. A.; TELLES, A. M. **O Currículo na contemporaneidade: filosofia e tendências**. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 19, n. 41, p. 271-286, maio/ago. 2017. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v19i41.3594>. Acesso em: 23 Out. 2022.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília. MEC, 1988.

_____. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. N° 9394/96, de 20/12/1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio: bases legais**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.

_____. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 23 Out. 2022.

_____. **Parecer CNE/CP N°: 003/2004**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em: 19 de Out. 2022.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - Resolução N° 1, de 17 de junho de 2004**.

_____. Ministério da Educação. **Lei 11.892**. Brasília, dezembro, 2008.

BRASIL. **Parecer CNE/CP Nº: 4/2010.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5702pcp004-10&category_slug=junho-2010-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 19 Out. 2022.

_____. **Lei n. 12.288/2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em: 19 Out. 2022.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.** Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2010.

_____. **Resolução nº 8, de 20/11/2012.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. 2012.

CERVO, Amando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica.** São Paulo: Makron Books, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 5 ed., p. 1. 144. 1975.

GADOTTI, Moacir. **“Pressupostos do projeto pedagógico”.** In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** S.P: Atlas, 2009.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores.** Tradução Juliana dos Santos Padilha. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LIBANEO, José Carlos. **Organização e Gestão Escolar: teoria e prática.** 4ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing.** 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARÇAL, Juliane Corrêa. **Progestão: como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola? módulo III.** Brasília: Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

MARQUES, Mário Osório. **Projeto pedagógico: A marca da escola.** In: Revista Educação e Contexto. Projeto pedagógico e identidade da escola no 18. Ijuí, Unijuí, abr./jun. 1990.

PPP. **Projeto Político-Pedagógico da E. Quilombola Fernando N. Rodrigues.** 2021-2022.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e curvatura da vara, onze teses sobre** Autores Associados, 1983.



democracia: Teorias da educação, educação e política. São Paulo, Cortez e

VASCONCELOS, Celso dos S. **Planejamento:** projeto de ensino aprendizagem e projeto político pedagógico. São Paulo: Liberdade, 1999.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **A prática pedagógica do professor de Didática.** 2. Ed. Campinas, Papirus, 1992.

_____. **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas: São Paulo. 2013a.

_____. **Escola:** Espaço do Projeto Político Pedagógico. Campinas, São Paulo. 2013b.

VERGARA, S. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** SP: Atlas, 2007.

Textos citados:

A Importância da construção do Projeto Político-Pedagógico. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-importancia-construcao-projeto-politico-pedagogico.htm>. Acesso em: 19 Out. 2022.

Material de leitura

AMARAL, Assunção José Pureza. E-BOOK. **Temas de sociedade, cultura e educação na Amazônia Brasileira do século XXI.** Assunção José Pureza Amaral (Org.). - Castanhal - PA: UFPA, Faculdade de Pedagogia/Faculdade de Letras, 2020.

_____. **Quilombo now:** o dossiê da Black Amazon. Assunção J. A. (organizador). – Castanhal-PA: UFPA, Faculdade de Letras; UFPA, Faculdade de Pedagogia, 2020. 182 p.

_____. **Quilombo now:** O Dossiê da Black Amazon. Vol. 2. Assunção J. P. Amaral (org). Castanhal-PA: UFPA, Faculdade de Letras; UFPA, Faculdade de Pedagogia, 2022. 204 p.

_____. **Entre Ciências Sociais e Educação na Amazônia.** Assunção J. P. Amaral (org). – Castanhal-PA: UFPA, Faculdade de Letras; UFPA, Faculdade de Pedagogia, 2022. 210 p.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Estou realizando uma pesquisa de campo para subsidiar o meu Trabalho de conclusão de curso de pedagogia da Universidade Federal do Pará, Campus Castanhal, intitulado: O processo de construção do **‘Projeto Político Pedagógico Quilombola da Escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues’**, no município de Castanhal PÁ. Esse trabalho tem como objetivo analisar como acontece o processo de criação do PPPQ da escola Quilombola Fernando Nunes Rodrigues no município de Castanhal Pará.

Neste sentido, gostaria de contar com sua colaboração, respondendo ao questionário. Esclareço que sua participação é totalmente voluntária, podendo você desistir a qualquer momento, sem que isso ocorra qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa, que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas em absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar sua identidade.

Eu _____ declaro ter sido informado (a) sobre todos os procedimentos da pesquisa de campo acima citados, da qual fui convidado (a) a participar e aceito contribuir voluntariamente com essa pesquisa. Por isso assino este termo de consentimento livre, que será assinado por mim e pelo pesquisador.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Data: ___/___/___